

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO DOIS DE JULHO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (BETIM - MG)

GENDER INEQUALITIES IN THE DOIS DE JULHO SETTLEMENT, OF MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (BETIM - MG)

Shirley Rabelo¹, Paula Ângela de Figueiredo e Paula²

Recebido: 20 de Outubro (2025) / Revisado: 17 de Março (2026) / Aceito: 07 de Abril (2026).

RESUMO: Este artigo analisa as dinâmicas de gênero no Assentamento Dois de Julho, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Betim (MG). Desenvolvido como trabalho de conclusão de curso em Psicologia, o estudo buscou compreender como as relações de gênero são vividas no assentamento, a partir das experiências de cinco lideranças femininas, por meio de entrevistas semiestruturadas. Com abordagem qualitativa e fundamentação nos estudos feministas e na psicologia social crítica, identificaram-se práticas de resistência, contradições entre teoria e prática no MST e os efeitos das estruturas patriarcais sobre a participação das mulheres. A análise mostrou que, embora existam avanços institucionais e discursos de igualdade, persistem desigualdades estruturais, como a sobrecarga do trabalho, a desvalorização do cuidado e a sub-representação feminina nos espaços de decisão. Ainda assim, as mulheres constroem formas coletivas de protagonismo, articulando cuidado, militância e solidariedade, promovendo transformações subjetivas e políticas. O estudo reafirma a centralidade da perspectiva de gênero para o fortalecimento do MST e para a construção de um projeto de justiça social ancorado na experiência das mulheres do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Feminismo; Patriarcado; MST; Psicologia social crítica.

ABSTRACT: This article analyzes gender dynamics in Dois de Julho settlement, run by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), in Betim, Minas Gerais. Developed as a final project in Psychology, the study sought to understand how gender relations are experienced in the settlement, based on the experiences of five female leaders, through semi-structured interviews. Using a qualitative approach and grounded in feminist studies and critical social psychology, the study identified practices of resistance, contradictions between theory and practice in the MST, and the effects of patriarchal structures on women's participation. The analysis showed that, despite institutional advances and discourses of equality, structural inequalities persist, such as work overload, the devaluation of care, and the underrepresentation of women in decision-making spaces. Nevertheless, women build collective forms of protagonism, articulating care, activism, and solidarity, promoting subjective and political transformations. The study reaffirms the centrality of a gender perspective in strengthening the MST and building a social justice project anchored in the experiences of rural women.

KEYWORDS: Gender; Feminism; Patriarchy; MST; Critical Social Psychology.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero no campo têm sido historicamente naturalizadas por estruturas patriarcais capitalistas que organizam a divisão sexual do trabalho, o acesso desigual à terra e ao poder de decisão, privilegiando os homens. Na história brasileira, as mulheres

¹Bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH / UFMG).

²Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

camponesas foram relegadas a posições secundárias, invisibilizadas nas estatísticas e políticas públicas. Embora representem parte expressiva da força de trabalho rural, suas contribuições seguem desvalorizadas ou restritas aos âmbitos privado e reprodutivo.

Nesse cenário, torna-se fundamental destacar suas experiências e resistências, especialmente em contextos como os acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que articula a luta pela reforma agrária a um projeto político-pedagógico de transformação social. Este artigo, resultado de pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso em Psicologia, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, analisa as relações de gênero no Assentamento Dois de Julho, em Betim (MG), com ênfase na vivência de cinco lideranças femininas.

O estudo teve como objetivo geral investigar as dinâmicas de gênero no assentamento e compreender como elas influenciam a trajetória dessas mulheres e o funcionamento do movimento. Os objetivos específicos foram: identificar práticas cotidianas de reprodução das desigualdades; analisar propostas de inclusão e empoderamento das mulheres no MST; avaliar contradições entre a teoria de igualdade de gênero defendida e as práticas locais.

O problema central consistiu em compreender como essas relações são vividas e articuladas no cotidiano das assentadas, considerando seus impactos individuais e coletivos. As hipóteses iniciais foram: estruturas patriarcais-capitalistas ainda orientam relações de poder e trabalho, limitando a autonomia feminina; a falta de reconhecimento interno leva algumas mulheres a buscar outros espaços de pertencimento; tais conflitos afetam a coesão do MST e seus objetivos de reforma agrária e justiça social.

A pesquisa parte da concepção de gênero como construção social e histórica permeada por relações de poder, inspirada nos estudos feministas e na psicologia social crítica. Valoriza o saber situado das mulheres camponesas, reconhecendo-as como sujeitas políticas e protagonistas de transformações sociais e pretende, assim, contribuir para o debate sobre gênero no meio rural e fortalecer a visibilidade das mulheres do campo, oferecendo subsídios para novos estudos e práticas comprometidas com a equidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gênero como construção sócio-histórica

A compreensão do gênero como construção sócio-histórica é central para analisar as desigualdades que afetam as mulheres, sobretudo no contexto rural. Zanello (2016) lembra que, até o fim do século XVIII, prevalecia a teoria do sexo único, segundo a qual as mulheres eram

vistas como uma variação incompleta do sexo masculino. Com as transformações sociais e econômicas impulsionadas pelo capitalismo, surgiu a necessidade de legitimar desigualdades, especialmente em relação ao gênero feminino. Nesse processo, buscou-se evidências anatômicas e fisiológicas que diferenciassem os sexos, consolidando a ideia de dois corpos distintos.

Essa mudança não foi apenas científica, mas atendeu a demandas político-sociais, moldando um padrão de feminilidade funcional à família nuclear e ao lar burguês (Kehl apud Zanello, 2016). Essa construção restringiu a atuação feminina ao espaço doméstico e exaltou a maternidade como forma de empoderamento legitimada por discursos científicos do início do século XX. Contudo, essa normatização gerou resistências, tanto nas práticas cotidianas, quanto em produções acadêmicas e movimentos sociais.

Lamas (apud Zanello, 2016) destaca que, a partir da psicologia, com Robert Stoller, introduziu-se o conceito de gênero como construção social articulada em três dimensões: rotulação, identidade e papel. Nessa concepção, gênero não substitui o sexo biológico, mas o complementa, mostrando que diferenças físicas são interpretadas culturalmente. Essa distinção inaugurou um campo fértil para o feminismo, que passou a questionar a naturalização das desigualdades com base na biologia.

A crítica é aprofundada por Judith Butler (apud Zanello, 2016), que propõe o gênero como sendo performativo: não uma essência estável, mas o efeito repetido de atos e discursos regulados historicamente. Essas performances não são livres, mas constituídas em contextos de coerção social, moldando corpos e comportamentos a ideais de feminilidade ou masculinidade. Ampliando tal visão, Teresa de Lauretis (apud Zanello, 2016) afirma que o sujeito é constituído pelo gênero por meio de códigos linguísticos, representações culturais e tecnologias sociais. O gênero, portanto, não apenas representa diferenças, mas as produz - um mecanismo de assujeitamento que constitui o indivíduo como homem ou mulher, também a partir de classe, raça e geração, evidenciando formas contraditórias de subjetivação. Nessa linha, Rosi Braidotti (apud Zanello, 2016) propõe o conceito de subjetividade nômade para refletir a complexidade dos sujeitos contemporâneos. Para a autora, a subjetividade não é fixa ou essencial, mas constituída por múltiplas relações de poder e atravessada por diferenças que se articulam de forma dinâmica. A noção de “nômade” refere-se justamente à recusa de identidades estáveis e universalizantes, enfatizando a mobilidade, a multiplicidade e a heterogeneidade dos processos de subjetivação. Nesse sentido, Braidotti enfatiza a necessidade de reconhecer as diferenças em diferentes níveis, entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres e no interior de cada

mulher, apontando para uma abordagem interseccional que articule gênero, raça, classe e sexualidade.

Por fim, Zanello (2016) reforça a importância de uma abordagem situada e crítica, que reconheça a influência dos discursos e das estruturas de poder nas construções identitárias. Ao dialogar com Butler, Lauretis e Braidotti, sustenta que as normas culturais de gênero moldam subjetividades e influenciam profundamente as formas de existir e resistir. Nesse contexto, o sujeito não se reduz ao binarismo, mas emerge como construção simbólica complexa, de múltiplas dimensões e em contextos históricos específicos.

2.2 Identidades de gênero e crítica ao patriarcado capitalista

A construção das identidades de gênero deve ser compreendida como um processo histórico, social e político, com relações de classe, raça e dinâmicas do sistema capitalista. Diversas autoras - como Joan Scott (2017), Silvia Federici (2018), Ângela Davis (2016) e Roswitha Scholz (1996) - contribuem para uma leitura crítica e abrangente sobre como o patriarcado específico ao capitalismo molda papéis de gênero, naturalizando desigualdades por subalternizar e restringir a autonomia das mulheres.

Joan Scott (2017) afirma que as identidades de gênero não são naturais ou fixas, mas construídas historicamente por meio de representações simbólicas e normas sociais que procuram fixar os sujeitos em categorias binárias de masculino e feminino. Essa tentativa de fixação depende da repressão de ambiguidades - como expressões não binárias ou dissidentes - e da imposição de uma coerência artificial entre sexo biológico, identidade de gênero e papéis sociais atribuídos. Tais categorias funcionam como “verdades” apenas porque operam pela exclusão daquilo que não se encaixa nelas, mantendo estruturas sociais e relações de poder estabelecidas.

No entanto, essas normas são intrinsecamente instáveis e carregadas de tensões internas, pois estão constantemente sendo desafiadas pelas experiências concretas que não se enquadram nos moldes normativos. Scott (2017) destaca que essa instabilidade se evidencia especialmente em momentos de crise social - como guerras, revoluções ou pandemias, quando as normas tradicionais se tornam insuficientes para responder à complexidade das transformações em curso. Nesses contextos, tornam-se mais visíveis os limites das categorias rígidas de gênero, possibilitando o surgimento de novas formas de subjetivação e expressão identitária. Assim, a autora reforça que o gênero não é uma essência individual ou biológica, mas uma construção social que atua na regulação das identidades e na manutenção de determinadas hierarquias. Ao

mesmo tempo, por sua própria instabilidade, esse sistema é suscetível à contestação e à mudança, o que abre caminho para imaginar e construir alternativas às normas hegemônicas que definem o que é ser homem ou mulher.

Silvia Federici (2018) oferece uma contribuição central à crítica feminista do capitalismo ao demonstrar como a consolidação desse sistema econômico esteve diretamente relacionada à desvalorização do trabalho reprodutivo e ao confinamento das mulheres ao espaço doméstico. Segundo a autora, atividades como cuidar de crianças, cozinhar, limpar e manter a vida cotidiana - tradicionalmente atribuídas às mulheres - foram historicamente invisibilizadas e desprovidas de valor econômico. Essa separação entre trabalho produtivo - associado aos homens e ao mercado - e trabalho reprodutivo - associado às mulheres e ao lar - constitui uma divisão hierárquica que naturaliza desigualdades e sustenta a lógica capitalista.

A autora argumenta que essa divisão não é natural, mas uma construção histórica funcional à acumulação capitalista, que depende da reprodução da força de trabalho sem arcar com os custos desse processo. Assim, a opressão de gênero não pode ser compreendida fora das estruturas econômicas que a sustentam. A contestação dessas normas de gênero está intrinsecamente ligada à luta feminista e à crítica das bases materiais da opressão: ao reivindicar o reconhecimento do trabalho de cuidado e propor sua redistribuição social, as mulheres desafiam não apenas normas patriarcais, mas o próprio modo de organização do sistema capitalista.

Essa transformação, portanto, deve ser necessariamente coletiva e estrutural. Não se trata apenas de garantir às mulheres igualdade de acesso ao mercado nos moldes já existentes, mas de promover uma reorganização profunda das relações sociais e econômicas. Superar o paradigma da igualdade formal exige construir formas de justiça social que reconheçam e valorizem todos os tipos de trabalho, especialmente aqueles historicamente desconsiderados. A transformação das identidades de gênero, nesse sentido, está intimamente ligada à reconstrução dos modos de vida, das relações de poder e das estruturas institucionais que moldam a experiência social.

Ângela Davis (2016), por sua vez, aprofunda a crítica ao patriarcado capitalista ao destacar a dimensão interseccional das lutas feministas, evidenciando como gênero, raça e classe se entrelaçam na constituição das experiências das mulheres. Para a autora, o ideal burguês da mulher branca confinada ao lar - figura central na normatização da feminilidade nos discursos hegemônicos - nunca representou a realidade das mulheres negras, migrantes e de classe trabalhadora: estas estiveram historicamente inseridas no mercado de trabalho,

frequentemente em condições de exploração e precariedade, ao mesmo tempo que permaneciam responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado de suas próprias famílias.

Davis aponta, então, que as identidades de gênero são moldadas tanto pelos mecanismos de opressão quanto pelas formas de resistência. Longe de serem homogêneas, essas identidades se constroem nas contradições das práticas cotidianas, nos enfrentamentos coletivos e nas lutas políticas que desafiam a naturalização dos papéis de gênero. A autora chama atenção para a luta histórica das mulheres por remuneração do trabalho doméstico como uma estratégia política de grande potência: ao reivindicar salários para esse tipo de trabalho, não apenas denunciam sua invisibilidade na lógica capitalista, mas também exigem o reconhecimento do cuidado como atividade essencial à manutenção da vida social.

Essa demanda revela o caráter político do cuidado e a urgência de sua socialização - ou seja, de sua redistribuição entre homens, mulheres e o Estado - como passo fundamental na construção de uma sociedade mais justa. Davis vê nessa reconfiguração das relações de gênero não apenas uma correção histórica, mas uma etapa radical do processo de emancipação feminina. Ao deslocar o trabalho de cuidado da esfera privada e da responsabilidade exclusiva das mulheres, propõe uma transformação estrutural das relações sociais, que desafia as bases do capitalismo patriarcal e afirma novas possibilidades de subjetivação para as mulheres. Nesse sentido, a resistência cotidiana das mulheres negras e trabalhadoras emerge como força propulsora de transformação social, denunciando as múltiplas opressões que incidem sobre seus corpos e identidades, ao mesmo tempo que propõe alternativas concretas às normas vigentes.

Roswitha Scholz (1996) contribui com uma análise crítica e inovadora ao propor o conceito de forma-valor, ampliando a compreensão das articulações entre o patriarcado e o capitalismo. Para a autora, a lógica capitalista organiza o valor social das atividades humanas a partir de uma dissociação estrutural entre o que é considerado “masculino” e “feminino”. O trabalho vinculado à produção, à racionalidade e à esfera pública - tradicionalmente associado aos homens - é reconhecido como fonte legítima de valor econômico e social. Em contrapartida, o trabalho ligado ao cuidado, à afetividade e à reprodução da vida - historicamente desempenhado por mulheres - é desvalorizado, invisibilizado e excluído das formas hegemônicas de reconhecimento. A dissociação entre produção e reprodução não é apenas um traço cultural, mas um mecanismo estrutural do capitalismo, que sustenta hierarquias de gênero e mantém a desigualdade como parte integrante de sua lógica de funcionamento. Ainda que mudanças nas relações de gênero - como o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho - sejam visíveis nas últimas décadas, a autora adverte que tais transformações não implicam, por si só, uma ruptura com a estrutura patriarcal. Ao contrário, frequentemente essas

mudanças são absorvidas pelo próprio sistema, que mantém a divisão sexual do trabalho e intensifica a sobrecarga das mulheres, agora responsáveis simultaneamente por atividades produtivas e reprodutivas.

Nesse contexto, Scholz denuncia a falsa ideia de emancipação feminina centrada apenas no acesso ao mercado de trabalho e na igualdade formal de direitos. Ela argumenta que a verdadeira superação da desigualdade de gênero exige uma crítica radical à própria forma-valor que organiza a sociedade capitalista. A desvalorização do trabalho reprodutivo e afetivo, ao ser sistematicamente ocultada ou subestimada, impede o reconhecimento pleno das contribuições das mulheres para a sustentação da vida social. Por isso, a autora propõe que as lutas feministas devem estar atentas não apenas às relações visíveis de poder, mas também às estruturas abstratas e profundas que conferem valor às atividades humanas.

Essa perspectiva revela que a emancipação das mulheres demanda formas renovadas de resistência, capazes de reconfigurar não apenas os papéis sociais de gênero, mas os próprios critérios que definem o que é considerado trabalho, valor e contribuição social. A crítica, portanto, articula a denúncia das desigualdades de gênero com a necessidade de transformação das bases materiais e simbólicas do capitalismo, abrindo espaço para a construção de identidades não subordinadas à lógica da dissociação e para a valorização do cuidado como dimensão fundamental da vida coletiva.

Scott, Federici, Davis e Scholz convergem ao afirmar que as identidades de gênero não são naturais nem estáticas, mas construções sociais dinâmicas, continuamente influenciadas por relações de poder, símbolos culturais, condições materiais e processos históricos. Elas evidenciam que as normas de gênero podem ser contestadas e transformadas por meio da luta coletiva, da crítica estrutural e da emergência de novas narrativas. Compreender a construção das identidades de gênero em contextos como o dos assentamentos rurais exige, portanto, uma abordagem interseccional e crítica, que reconheça a pluralidade das experiências e a potência transformadora da resistência feminina. As identidades de gênero não apenas refletem as estruturas sociais vigentes, mas também funcionam como arenas de disputa e reinvenção, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

2.3 Relações de gênero no campo e lutas das mulheres camponesas

No contexto rural, as desigualdades de gênero assumem formas estruturais e persistentes, manifestando-se no acesso desigual à terra, à titularidade, aos recursos produtivos e à participação política. Embora as mulheres desempenhem papel central na agricultura e no

cuidado com a vida, seu trabalho segue amplamente invisibilizado em políticas públicas, dados oficiais e representações sociais (Otesbelgue; Rossito, 2023). A divisão sexual do trabalho, somada à sobrecarga doméstica, produtiva e de cuidado, impõe obstáculos significativos à autonomia e ao reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos.

Essas desigualdades são sustentadas por estruturas patriarcais que controlam tempo, corpo e trabalho das mulheres rurais, em contradição com a legislação brasileira que, embora preveja igualdade formal, mostra-se ineficaz diante de práticas sociais e institucionais ainda atravessadas pelo machismo. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) ilustra a disparidade: apenas 18,7% das unidades de produção agrícola são chefiadas por mulheres, contra 81,3% sob liderança masculina.

O capitalismo - em sua associação histórica ao patriarcado - aprofunda as desigualdades ao desvalorizar o trabalho reprodutivo e confinar as mulheres à esfera privada. Como aponta Wood (apud Otesbelgue; Rossito, 2023), a gênese desse sistema moldou relações agrárias baseadas na expropriação e na divisão desigual da terra, afetando especialmente as mulheres. Embora representem cerca de 45% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento, detêm apenas 15,2% das terras na agricultura não familiar e 19,7% na familiar (IBGE, 2017).

Deere e León (apud Otesbelgue; Rossito, 2023) observam que as mulheres acessam a terra sobretudo por herança ou casamento, mas enfrentam entraves institucionais, culturais e legais que dificultam o controle sobre os bens. Mesmo em programas de reforma agrária, predomina o viés masculino, evidenciando a marginalização feminina na distribuição fundiária. A concentração da posse da terra entre os homens - somada ao acesso limitado a máquinas, crédito, formação e insumos - restringe fortemente o potencial produtivo e a autonomia econômica das mulheres. A reprodução de estereótipos de gênero - como a associação entre masculinidade e força produtiva ou entre feminilidade e domesticidade - também contribui para sua exclusão dos processos decisórios. Mesmo quando inseridas em atividades agrícolas, acumulam funções reprodutivas não remuneradas e enfrentam resistência de parceiros e da estrutura social. Essa sobreposição de papéis reforça a dominação masculina e limita a participação plena nas esferas políticas e produtivas.

Nesse cenário, os movimentos sociais assumem papel central na resistência e na reorganização das relações de gênero no campo. O MST, a Marcha das Margaridas e o Movimento das Mulheres Camponesas atuam como forças propulsoras da politização das desigualdades, promovendo o empoderamento feminino e a luta por justiça agrária. Reivindicam não apenas a posse da terra, mas também o reconhecimento do trabalho das

mulheres, acesso a políticas públicas inclusivas e valorização de seu protagonismo na produção agrícola e na transformação social.

A luta feminista no campo evidencia que a posse segura da terra não é apenas recurso econômico, mas instrumento de proteção contra a violência, fortalecimento da autonomia e ampliação da participação política. Como destaca Marinaki (apud Otesbelgue; Rossito, 2023), o empoderamento feminino requer políticas que assegurem não apenas direitos formais, mas condições reais de igualdade, incluindo acesso a crédito, tecnologias, formação e infraestrutura social, como creches e saúde.

Por fim, embora avanços importantes tenham sido conquistados, a permanência das desigualdades exige ações estruturais e contínuas. É necessário articular políticas públicas eficazes, iniciativas comunitárias e processos de formação crítica que reconheçam e valorizem o papel das mulheres rurais. Apenas enfrentando estruturas patriarcais e capitalistas será possível garantir justiça agrária e equidade de gênero, promovendo transformações duradouras nas relações sociais e econômicas que organizam o campo brasileiro.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, desenvolvida em duas etapas complementares. A primeira consistiu em revisão bibliográfica em estudos feministas, psicologia social crítica e relações de gênero no meio rural, com consulta a livros, teses, dissertações e artigos disponíveis em bases como SciELO, PePsic e Google Acadêmico, priorizando produções bem avaliadas pela Capes. Essa etapa situou a análise em um campo crítico, articulando patriarcado, capitalismo, lutas femininas e papéis de gênero no contexto do MST.

A segunda etapa envolveu entrevistas semiestruturadas com cinco lideranças do Assentamento Dois de Julho, em Betim: mulheres com idades entre 40 e 53 anos, reconhecidas por seu protagonismo político e social. As participantes atuam em diferentes frentes, como agroecologia, comunicação e espaços de decisão. A aproximação ocorreu gradualmente, por meio de visitas prévias e conversas informais, estabelecendo vínculos de confiança. O processo seguiu rigor ético, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, confidencialidade e garantia de privacidade. Para preservar a identidade das participantes, optou-se pela não utilização de seus nomes reais, sendo todos os nomes apresentados no estudo fictícios, sem qualquer elemento que permita sua identificação. As entrevistas, gravadas e transcritas integralmente, exploraram experiências e significados atribuídos às relações de

gênero, às formas de resistência e à organização política no MST. Para análise, utilizou-se a análise temática - conforme Braun e Clarke (apud Souza, 2019) -, em seis etapas: familiarização, codificação, busca, revisão, definição e relato dos temas. Os resultados foram organizados em três eixos: gênero, trabalho e cuidado; desigualdades de gênero e violência; resistência, políticas e transformação social. Essa estrutura evidenciou como as mulheres do assentamento constroem trajetórias, desafiam normas patriarcais e produzem alternativas coletivas no interior do MST.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Gênero, trabalho e cuidado

As falas das mulheres do Assentamento Dois de Julho revelam, de forma contundente, como o trabalho feminino é central para a sustentação da vida, tanto na esfera produtiva quanto no cuidado com a casa, a família e a comunidade. A experiência dessas mulheres evidencia que o trabalho realizado por elas se estende muito além da lida com a terra, incorporando tarefas de cuidado com filhos, netos, pais idosos e demais demandas domésticas que, apesar de indispensáveis, seguem sendo invisibilizadas ou naturalizadas. Como expressa Diana (46 anos):

Há uma parada no horário do almoço, porque tem que preparar o almoço. [...] Trabalha até de tarde e assim é o dia todo no movimento: sempre trabalhando, a pausa é pouca... Você trabalha o dia inteiro, cuidando de casa, lavando roupa, cuidando de menino, então, quer dizer, o seu dia a dia acaba sendo corrido.

A divisão sexual do trabalho permanece marcada por desigualdades, gerando uma sobreposição de responsabilidades que incide diretamente sobre o cotidiano das mulheres. Essa sobrecarga não se limita ao cuidado com a casa e com a família, mas abarca também as atividades produtivas realizadas no assentamento, como o cultivo de hortas e o manejo de animais - tarefas muitas vezes desconsideradas como trabalho legítimo, apesar de sua relevância para a sustentabilidade do coletivo. Laura (43 anos) aponta:

É a minha SAF [Sistema Agroflorestal], eu tenho o jardim e tenho o mandiocal, só que o mandiocal eu nem capinei, que eu não tive condições. Mal mal, a SAF. Meu marido me ajudando e, aí, quando a gente foi pra capinar aqui o mandiocal, foi quando o pedreiro começou a mexer. [...] Eu tive que escolher: ou eu cuidava do meu mandiocal ou eu ajudava o pedreiro. [...] Aqui em casa, as tarefas da capina, do manejo da SAF é bem dividido. Nisso eu não posso reclamar, meu marido me ajuda bastante. [...] Vamos supor: sábado ele está de folga, nós vamos tirar para a poda. Aí vai os dois, fica o dia inteiro por conta daquilo. [...] E a SAF nós capinamos em dois dias, mas eu e ele, nós dois juntos. Só o mandiocal aqui que ele começou, aí depois eu fui ajudar e não deu. Mas aqui geralmente o serviço é dividido.

[Sobre a divisão das tarefas domésticas]: Não, não, em casa não é dividido. É só eu. [...] E aqui em casa nós entramos no acordo de eu não trabalhar fora para cuidar do lote. Então, quer dizer, eu não estou trabalhando para ter uma renda, mas estou

trabalhando dentro de casa, porque tem que cuidar dos animais, tem que cuidar da SAF, tem que cuidar do jardim.

Essas dinâmicas locais dialogam com as reflexões de Angela Davis (2016) - que denuncia a invisibilização do trabalho doméstico e de cuidado, mesmo em um contexto de avanços tecnológicos - e de Roswitha Scholz (1996) - que aponta como o capitalismo valoriza o trabalho produtivo, em detrimento do trabalho reprodutivo. Tais divisões hierarquizadas contribuem para a marginalização das mulheres, tanto na esfera econômica quanto política, dificultando o acesso à autonomia e ao reconhecimento social.

Apesar das dificuldades, o cuidado não aparece apenas como um fardo, mas também como potência de resistência e organização coletiva. As mulheres do assentamento constroem redes de solidariedade, compartilham tarefas e conhecimentos, cuidam umas das outras e transmitem valores comunitários às novas gerações. Elena (43 anos) destaca a importância desses momentos:

Os grupos de mulheres é muito bom. [...] Nós tivemos aqui o nosso grupo de mulheres, o coletivo de mulheres aqui, de plantio. [...] Ali, nós sentava, nós fazíamos um café compartilhado, nós fazíamos sabão, aquela coisa... Aí nós tirava o nosso momento.

Esse cuidado, portanto, é também político, sustentando relações de reciprocidade, fortalecendo vínculos afetivos e comunitários e contribuindo para a construção de subjetividades femininas que rompem com o ideal de submissão. Essa dimensão aparece nas práticas cotidianas relatadas pelas entrevistadas, como na organização de espaços coletivos de convivência e apoio mútuo. Ao descrever o coletivo de mulheres, Elena destaca: “ali, nós sentava, nós fazíamos um café compartilhado, nós fazíamos sabão [...] Aí nós tirava o nosso momento”, evidenciando a criação de espaços de partilha que extrapolam o âmbito doméstico e fortalecem vínculos comunitários. De modo semelhante, os relatos indicam a construção de espaços de participação e decisão entre as mulheres, como aponta Diana: “a gente faz reunião [...] onde todas têm as suas opiniões [...] aí é decidido também”. Ao mesmo tempo, essas práticas são atravessadas por tensões, como evidencia Sofia ao problematizar a sobrecarga feminina: “as mulheres, elas assumem [...] coordenar também está virando um trabalho doméstico”. Assim, a resistência cotidiana se constrói tanto nas práticas coletivas de cuidado quanto nas disputas por reconhecimento e voz ativa dentro do movimento. Nesse sentido, a realidade das mulheres do Assentamento Dois de Julho materializa os apontamentos de Silvia Federici (2018), para quem a transformação das relações de gênero exige o reconhecimento e a socialização do trabalho de cuidado como condição para a emancipação das mulheres. Trata-se de uma luta que não se reduz à busca por igualdade formal, mas que demanda mudanças

estruturais nos modos de produção, nos papéis de gênero e nas formas de organização da vida coletiva. Como afirmam Judith Butler e Joan Scott (apud Zanello, 2017), o gênero é uma construção social marcada por tensões, contradições e performances que podem - e devem - ser contestadas.

As mulheres do assentamento, ao se organizarem coletivamente, desafiam a lógica patriarcal e capitalista que tenta confiná-las ao espaço doméstico. Sua participação ativa em atividades agrícolas, políticas e comunitárias, bem como o enfrentamento das resistências culturais à redistribuição das tarefas, revela uma dinâmica de luta permanente contra as desigualdades de gênero. A transformação - como demonstram seus relatos - passa não apenas pela divisão mais justa do trabalho, mas também pela escuta, pelo reconhecimento da voz feminina e pela valorização da pluralidade de experiências e trajetórias de vida. As falas de Diana e Sofia evidenciam que, embora as mulheres venham se organizando e ocupando posições centrais na vida comunitária, ainda enfrentam resistências que limitam sua autonomia e sua participação nos processos decisórios:

A gente está conseguindo se organizar muito bem. [...] Temos nossos grupos, tem o projeto das crianças, onde a maioria das mães participa e todas, assim, têm voz. [...] A gente faz reunião e, quando não dá pra fazer reunião, a gente discute qualquer coisa no grupo, onde todas têm as suas opiniões. Aí é decidido também. Se dá empate, faz uma votação. Mas todas têm voz, todas têm, assim, os seus pontos de vista. A gente respeita (Diana).

[Sobre a atividade de coordenação] Aqui no assentamento sempre foi assim: a maioria das pessoas que participavam ativamente eram as mulheres. [...] A gente sempre tentou meia-meia, só que sempre foi mais mulher do que homem. [...] Mas as mulheres, elas assumem, porque me parece que coordenar também está virando um trabalho doméstico. E eu falo: [...] isso a gente não pode deixar acontecer (Sofia).

A fala de Sofia evidencia uma dimensão crítica importante das relações de gênero no assentamento. Ao problematizar a naturalização da participação feminina na coordenação, a entrevistada aponta para o risco de que funções políticas sejam incorporadas como extensão do trabalho doméstico, reiterando a sobrecarga feminina. Nesse sentido, mais do que expressar uma prática consolidada de resistência, seu relato revela um movimento de conscientização e questionamento das dinâmicas de gênero no interior do movimento, evidenciando as tensões entre participação e desigualdade.

4.2 Desigualdades de gênero e violência

As entrevistas realizadas no Assentamento Dois de Julho evidenciam que a desigualdade de gênero se expressa não apenas na divisão desigual do trabalho, mas também nas múltiplas formas de violência vividas pelas mulheres - da violência física e psicológica às formas mais

sutis e naturalizadas de silenciamento, deslegitimação e exclusão nos espaços comunitários. Os relatos revelam que essas violências são sustentadas por estruturas patriarcais profundamente enraizadas na cultura local, que moldam desde a infância os papéis de gênero e reforçam a subordinação feminina. Laura revela isso de forma contundente, ao destacar que a cultura familiar em que foi criada é marcada por um patriarcalismo arraigado, que ainda enxerga como “errado” o fato de uma mulher trabalhar fora de casa:

A cultura dele ensinou isso para ele. Então, na cabeça dele é errado a mulher trabalhar fora. Minha mãe nunca trabalhou fora. Mas, aqui dentro, [...] você ouve muito “A mulher tem que ficar na cozinha. Lugar de mulher é na cozinha, esquentando lá a barriga no fogão a lenha”. [...] O povo já é mais antigo, tem esse machismo que foi da época deles. [...] Como é que a gente vai por na cabeça desse moço agora que não tem nada a ver uma mulher sair sozinha, que não tem nada a ver uma mulher ficar em casa sozinha, trabalhar, que ela não tá aprontando?

A socialização das crianças ainda é marcada por expectativas relacionadas ao cuidado doméstico e à obediência para as meninas, enquanto os meninos são encorajados à autonomia e à atuação pública. Como apontado por diversas entrevistadas, esses padrões continuam a ser reproduzidos entre gerações, dificultando a ruptura com valores tradicionais que reforçam a desigualdade. A cultura do “lugar da mulher é na cozinha” ou de que “mulher não se mete com certas coisas” permanece viva no cotidiano do assentamento, impedindo muitas vezes o acesso das mulheres a espaços de decisão e à construção plena de sua autonomia.

Além da violência simbólica e das restrições culturais, muitas mulheres relataram experiências concretas de violência doméstica e conjugal, frequentemente silenciadas pelas próprias famílias ou ignoradas pelas instituições estatais. A naturalização dessas violências - como descrito por Sofia, que, mesmo sendo liderança no assentamento, enfrentou violência física e negligência institucional - revela a precariedade das políticas públicas de proteção e a distância entre o marco legal e a realidade vivida pelas mulheres do campo:

Porque eu já passei por violência doméstica. Eu fui negligenciada durante dois anos. [...] Os policiais vinham e [...] falavam assim: “Está tudo bem. Amanhã vai ser outra história”. [...] A gente sabe que é uma lei [Maria da Penha] que é séria, [...] mas a gente também conhece as negligências que a lei está fazendo.... que a lei, não; que quem está ali nos órgãos públicos está fazendo. E eu vou deixar uma só pergunta: será que os policiais estão realmente preparados para lidar com a violência doméstica? Eu fico pensando assim: a gente, enquanto mulher e enquanto sociedade civil, o que que a gente pode fazer nos nossos territórios para minimamente garantir que não aconteça - para prevenção, na verdade?

Mesmo com a existência de instrumentos como a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e a Convenção de Belém do Pará (Brasil, 1996), as entrevistadas relataram dificuldades em acessar a justiça, muitas vezes por medo de retaliação, vergonha, falta de informação ou por se depararem com profissionais despreparados. Esse quadro reforça as críticas de autoras como Davis (2016) e Hooks (2018), que argumentam que as legislações, por si só, não transformam

estruturas patriarcais arraigadas. É preciso confrontar os aspectos culturais, institucionais e simbólicos que sustentam a violência de gênero e que, muitas vezes, são reproduzidos pelos próprios agentes públicos.

Nesse contexto, a resistência das mulheres do assentamento se manifesta de diferentes formas: seja por meio da denúncia, da mobilização política, do apoio mútuo ou da reinvenção de suas práticas cotidianas. Muitas constroem estratégias de enfrentamento coletivo, se articulando em redes de solidariedade e acolhimento, enquanto outras enfrentam diretamente as normas que tentam silenciá-las - como relatam as que desafiaram preconceitos ao praticar esportes, participar de reuniões ou ocupar espaços de fala. Maria (55 anos) exemplifica essa resistência ao compartilhar as dificuldades que enfrenta por ser mais velha e jogar futebol. Seu relato evidencia não apenas a exclusão motivada pelo gênero, mas também pelo etarismo, revelando como as mulheres, especialmente as mais velhas, são constantemente vigiadas e julgadas por transgredirem as expectativas sociais que lhes são impostas:

Vou fazer 55 anos e jogo a minha bolinha. Com os meus limites, mas eu amo! Aquele momento ali é reservado pra mim. [...] Foi difícil eu ser aceita, [...] até pela família. [...] Não me apoia, [...] porque eu supero isso a cada dia. Eu vou cansada, mas eu vou, porque eu deixei aquele pedacinho ali reservado pra mim. E as pessoas tinha que respeitar, [...] acham dificuldade nisso. “Vai sair uma velha pra jogar bola?”. Velho tá o pensamento da pessoa. Você pode estar em qualquer lugar que você quiser.

A luta das mulheres do campo, portanto, vai além da denúncia da violência física. Ela é uma luta por reconhecimento, por voz e por direito a vida digna. Enfrenta não apenas o machismo doméstico, mas também o conservadorismo intergeracional, a cultura da submissão e a negligência institucional. Como apontam Scholz (1996) e Federici (2018), essa luta é profundamente estrutural, pois desafia as bases do patriarcado capitalista que mantêm as mulheres em posição de inferioridade - seja por meio da desvalorização do trabalho, da exclusão da terra ou da legitimação da violência.

A transformação social, nesse sentido, exige mais do que leis: requer uma mudança cultural profunda, políticas públicas efetivas e a valorização da resistência cotidiana das mulheres. A experiência das entrevistadas mostra que essa transformação está em curso, ainda que de forma desigual e conflituosa, impulsionada pela força das mulheres que, mesmo diante da violência, não cessam de lutar por dignidade, respeito e justiça.

4.3 Resistência, políticas e transformação social

O terceiro eixo da pesquisa revela como as mulheres do Assentamento Dois de Julho, por meio de sua participação ativa no MST, constroem processos de resistência que articulam

formação política, práticas educativas e transformação social. Mais do que beneficiárias da luta pela terra, essas mulheres se tornam protagonistas de um projeto emancipador, no qual a crítica ao patriarcado se entrelaça à crítica ao capitalismo, em uma ação contínua de reinvenção das relações de poder.

A atuação feminina no assentamento emerge como força política e simbólica fundamental, não apenas na ocupação de espaços decisórios, mas na redefinição cotidiana de papéis e valores. As entrevistas mostram que o engajamento no movimento possibilita o acesso a redes de solidariedade e a processos formativos que estimulam a consciência de direitos, a autonomia e a valorização do cuidado como prática política. A participação em oficinas, encontros e comissões de base transforma a percepção de si e do outro, como expressa Elena:

Há muitos anos atrás, eu até participei de um seminário sobre a questão de gênero. [...] Foi muito bom, que a gente consegue entender essa questão. Porque dentro do movimento tem muito isso: distribuição de tarefas. E aí a gente vai e vem com isso para dentro das nossas casas. [...] A gente fazia reunião sobre essa questão de gênero, aí você escutava relatos das mulheres. [...] Não é só mulher que faz isso... Tarefa de casa, tudo...

Entretanto, essas mudanças não se dão sem tensões. O estudo revela os desafios intergeracionais e institucionais que atravessam o cotidiano das mulheres. Enquanto jovens demonstram maior abertura para questionar normas patriarcais, gerações mais velhas tendem a reproduzir valores tradicionais, criando um campo de disputas simbólicas que se manifesta em práticas como a divisão de tarefas, a participação em esportes ou o direito de circular livremente nos espaços públicos. A ressignificação das práticas de gênero, nesse contexto, é impulsionada por múltiplos vetores - MST, escola, redes sociais - mas esbarra em resistências culturais e em discursos conservadores que coexistem com ideais progressistas.

A educação, nesse processo, torna-se ferramenta estratégica de transformação. Entretanto, a pesquisa evidencia que, embora reconhecida como essencial, a educação para a igualdade de gênero ainda se concentra em iniciativas individuais ou familiares, carecendo de uma estrutura sistematizada e institucionalizada que garanta alcance e permanência. Mulheres como Maria, Elena, Diana, Laura e Sofia desempenham papel ativo na transmissão de valores igualitários, promovendo desde a infância a partilha de responsabilidades e o respeito aos direitos femininos. No entanto, a ausência de políticas educativas consistentes e o enfraquecimento do setor educacional local sobrecarregam as famílias e limitam o impacto dessas práticas. Diana observa que:

Há muitos anos atrás, existia o setor de educação, só que aí, com o tempo, as coisas foram acontecendo, foram acabando, perdendo. [...] Hoje tá um pouco falho. Nós ensinamos mais em casa, os sem-terrinhas, a questão da educação, a questão sobre respeito. Só que, assim, eu acho que ainda tem como fazer mais, sabe? [...] É lógico que a gente gostaria de ter um setor de educação aqui dentro, pra gente estar [...]

falando sobre vários assuntos, mas, infelizmente, no momento, está meio complicado. A organização não dá conta de tudo.

A valorização do trabalho feminino - doméstico, produtivo e comunitário - também emerge como pauta central. Narrativas como a de Laura revelam a desvalorização persistente das tarefas desempenhadas por mulheres, ainda vistas como extensões naturais do seu papel de gênero:

O meu marido tem um papel... Como se diz, ele investe mais... Porque ele trabalha fora e eu não. Então, eu tenho que... Eu vendo, eu faço conserva de pimenta, as verduras da horta, mandioca. Então, assim, a minha renda é pouca. Eu vendo Avon e Natura também, mas entra pouco. [...] O nosso intuito aqui era os dois trabalhando na roça e ter, mas, infelizmente, não dá para manter. [...] Infelizmente, aí ficou por conta dele. Eu cuido da casa e ele trabalha fora.

Nesse sentido, atuações como a de Sofia são fundamentais para promover ações de conscientização, como a quantificação do trabalho doméstico, desafiando a invisibilidade imposta a essas atividades e politizando o cuidado como dimensão estruturante da vida social:

E uma outra questão que eu coloco para elas é a seguinte: [...] “Você fez o manejo no seu SAF. Quantos dias você trabalhou? Quanto que vale a sua força de trabalho?”. Eu comecei [...] pelo SAF e pelo manejo na terra para depois lentamente conseguir partir para um debate de “Quanto que vale você dar uma faxina na sua casa? Quanto que vale você lavar uma vasilha? Porque você não está lavando vasilha só para você. Você está lavando vasilha para o seu filho e para o seu marido”. Só que é muito difícil e causa uma estranheza muito grande, sabe?

Apesar dos avanços do MST - como a criação de coletivos de gênero, políticas de cotas e diretrizes para a equidade nas cooperativas -, ainda há contradições internas que dificultam a institucionalização de transformações mais profundas. Muitas vezes, a divisão igualitária de tarefas se limita a eventos e formações, sem se consolidar nas assembleias ou estruturas formais do movimento. Como indicam Tuschinski e Aquino (2022), é necessário romper com a igualdade formal e investir em práticas que transformem o cotidiano, as subjetividades e a cultura política.

Nesse contexto, a liderança feminina torna-se um dos principais motores de mudança. Os relatos das entrevistadas evidenciam não apenas a ocupação de cargos de poder, mas a reconfiguração das relações sociais a partir de uma ética da solidariedade, da cooperação e da autonomia. Ao mesmo tempo, essas lideranças enfrentam múltiplas formas de resistência: preconceitos internos, desvalorização simbólica, sobrecarga de tarefas e ataques diretos de setores conservadores e da extrema-direita, que visam deslegitimar suas vozes e fragilizar suas conquistas:

Um dos primeiros desafios que a gente encontra é com as mulheres. [...] A gente é chamada de “mulher do movimento”, “mulher sem trabalho”. Quando as críticas vêm, [...] vêm muito mais fortes. [...] É lógico que mulheres que não têm a mesma inserção que nós. Porque nós precisamos fazer essa leitura, se não, a gente fica doído e sai fora.

[...] Mulheres da extrema-direita. [...] Quando era comando masculino, as críticas eram mais suaves (Sofia).

Como observa Silvério (2021), a violência política de gênero não é apenas externa ao movimento, mas também se manifesta nas disputas internas e na ausência de uma organização coletiva de gênero mais robusta. Diante desse cenário, a resistência das mulheres se expressa em múltiplas frentes: na organização de redes de apoio, nos espaços coletivos de formação, na produção de alternativas econômicas solidárias, na redefinição dos vínculos familiares e na construção de novas subjetividades. Grupos de mulheres no assentamento atuam como espaços de fortalecimento da autoestima, reconhecimento e pertencimento, fundamentais para sustentar a luta coletiva por justiça social. Como defendem Gonçalves (2009), Marinho e Gonçalves (2016) e Leite e Dimenstein (2013), o empoderamento feminino precisa ser entendido como um processo coletivo e interseccional, que envolve tanto a ação política quanto a transformação cultural.

Por fim, como aponta Scholz (1996), o patriarcado não é uma estrutura separada da lógica capitalista, mas parte constitutiva dela - e a crítica feminista, para ser radical, deve desestabilizar essa interdependência entre exploração econômica e opressão de gênero. As mulheres do Assentamento Dois de Julho, ao reivindicarem a centralidade do cuidado, do trabalho invisível e da formação política, não apenas resistem às violências do presente: cultivam, em sua prática cotidiana, a promessa de um futuro mais justo, construído coletivamente, com mãos que recusam a submissão e insistem na transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, desenvolvida como trabalho de conclusão de curso em Psicologia, investigou como as relações de gênero são vivenciadas no Assentamento Dois de Julho, do MST, e de que modo impactam tanto o projeto coletivo do movimento quanto as trajetórias das mulheres. A escuta de cinco lideranças revelou um quadro complexo, constituído por avanços, contradições e tensões.

Os dados confirmaram as hipóteses iniciais: as estruturas patriarcais ainda orientam relações de poder, trabalho e reconhecimento; a invisibilização e sobrecarga levam algumas mulheres a buscar reconhecimento fora do MST, fragilizando sua coesão; os conflitos de gênero repercutem na efetivação dos objetivos do movimento. Apesar dos discursos de igualdade, persistem práticas que perpetuam desigualdades historicamente naturalizadas.

As mulheres, contudo, não ocupam passivamente esse lugar. Sua atuação revela resistência e reinvenção, que vão do enfrentamento da divisão sexual do trabalho à ocupação de espaços de liderança. Ao articular cuidado, produção e militância, produzem uma crítica interseccional às opressões de classe, gênero, raça e geração, reafirmando que a luta pela terra não pode ser dissociada da luta contra o patriarcado.

A análise evidenciou, ainda, obstáculos estruturais, como ausência de políticas de suporte (creches, cooperativas), sobrecarga da dupla jornada e desvalorização do trabalho doméstico, que limitam a participação feminina e reduzem o potencial transformador do MST. Por isso, torna-se fundamental ampliar estratégias de formação feminista, incentivar cooperativas solidárias e agroecológicas, reconhecer saberes situados e garantir presença efetiva das mulheres nos espaços de decisão.

A participação feminina é vetor estratégico da força do MST: ao desafiar o patriarcado na vida cotidiana e na cultura política, as mulheres não apenas resistem, mas redefinem sentidos de militância e emancipação. Reconhecê-las como sujeitas de direitos e protagonistas da luta pela terra é compromisso ético e político inadiável.

Em síntese, este estudo aprofunda o debate sobre gênero, justiça social e transformação no campo, mostrando que a perspectiva feminista e interseccional é condição para que o MST avance em direção a um projeto emancipador. A luta feminista nos assentamentos não é periférica, mas central e fundadora para a construção de outro mundo possível - um mundo cultivado por mãos que resistem, transforma e não se cala.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- _____. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm
- _____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm
- _____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm
- DAVIS, A. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: _____. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. Notas sobre gênero em “O Capital” de Marx. Cadernos Cemarx. Campinas, n. 10, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10922>
- GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. Mediações - Revista de Ciências Sociais. Londrina, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514>
- HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- IBGE. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>
- LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST. Bagoas. V. 6, n. 8, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3372>
- MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. Revista de Estudios Sociales. V. 56, abr. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/986>
- OTESBELGUE, R. C.; ROSSITO, F. D. Flores à margem da terra, desabrochadas na luta: Uma reflexão entre direito agrário, gênero e acesso à terra. In: BALBI; et al. (orgs.). Mulheres e conflitos socioambientais. Curitiba: Cepedis, 2023. Disponível em: <https://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/01/Mulheres-e-conflitos-socioambientais.pdf#page=56>

SCHOLZ, R. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 45, jul. 1996. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-45/#gsc.tab=0>

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. V. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

SILVÉRIO, L. D. Mulheres em luta pela reforma agrária popular: Relações de gênero, desfazendo opressões, machismo e sexismo. *Revista Escritas*. V. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/11674>

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arq. bras. psicol.* Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso

TUSCHINSKI, J. F.; AQUINO, I. C. Feminismos: Igualdade de gênero em discussão. In: LOPES; QUEIROZ; ONO (orgs.). *Linguagens, discursos e sociedades: perspectivas amazônicas*. Rio Branco: Nepan, 2022. Disponível em: <https://www.ufac.br/edufac/livros/linguagens-discursos-e-sociedades-perspectivas-amazonicas/livro.pdf/view>

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos. In: DIMENSTEIN; et al. (orgs.). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeios, 2016.